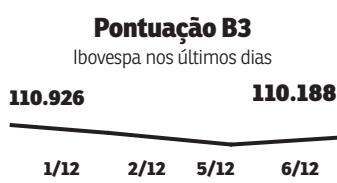
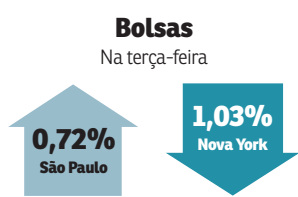




7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 7 de dezembro de 2022



Na terça-feira

**R\$ 5,270**  
(- 0,25%)

**Dólar**

	Últimos
30/novembro	5,202
1/dezembro	5,197
2/dezembro	5,215
5/dezembro	5,283

**Salário mínimo**

**R\$ 1.212**

**Euro**  
Comercial, venda  
na terça-feira

**R\$ 5,515**

**CDI**  
Ao ano

**13,65%**

**CDB**  
Prefixado  
30 dias (ao ano)

**13,66%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2022	0,67
Julho/2022	-0,68
Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59

## FUNCIONALISMO

Integrante da equipe de transição, o ex-ministro Aloizio Mercadante critica falta de reajustes, mas descarta aumento imediato para servidores. Segundo ele, espaço para correções salariais vai depender da PEC do Bolsa Família

# Salários devem ter recomposição gradual

» INGRID SOARES  
» HENRIQUE LESSA

Coordenador técnico do Gabinete de Transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-ministro Aloizio Mercadante afirmou, ontem, que não há espaço para reajuste imediato de salário do funcionalismo público, mas que a recomposição dos vencimentos deve ocorrer gradualmente. Ele destacou, no entanto, que é necessário aguardar a aprovação da PEC da Transição para que o novo governo saiba qual o espaço que terá para correções salariais.

“Os servidores, que ficaram sete anos sem reajuste, não podem esperar que o governo que entra daqui a um mês possa fazer um aumento retroativo por uma perda que nós reconhecemos, porque não tem esse recurso no orçamento”, disse Mercadante, durante coletiva de imprensa na sede da transição, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Mercadante apontou que o governo não terá recursos para todas as reivindicações, sendo necessário “ter prioridades, distribuir melhor os recursos e inovar”.

“No caso dos servidores públicos, são sete anos sem reajuste. Não é qualquer coisa. É um custo de vida que vai pesando. Inclusive os cargos de confiança, trazer profissionais qualificados para funções relevantes... Está muito difícil morar em Brasília nas condições que o setor público está oferecendo”, avaliou.

Sobre novos concursos públicos para admissão de pessoal, Mercadante disse que o novo governo analisará pontualmente a demanda e “olhará com calma o que é absolutamente emergencial”. E citou o novo concurso lançado pela Receita Federal.

Ana Volpe



De acordo com o ex-ministro, o novo governo não terá recursos para todas as reivindicações e precisará definir prioridades

“Quanto aos concursos, nós vamos analisar ponto por ponto. Tem agora um concurso para a Receita Federal, está aberto hoje, nessa situação que estamos descrevendo. Tem que olhar com calma para ver o que é absolutamente emergencial”, reforçou.

Outra reivindicação do funcionalismo, relatou, é a retirada de pauta da reforma administrativa e o reajuste do texto. Ele

relatou o apoio de Lula à reforma administrativa, mas não nos moldes da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, em análise no Congresso.

O ex-ministro destacou a necessidade de construir um Estado mais eficiente, que promova a carreira dos servidores e afirmou planejar estruturas administrativas compartilhadas com mais de um ministério como forma de

racionalizar recursos. Mercadante afirmou que a situação fiscal é crítica e que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) “quebrou o Estado brasileiro”.

Integrante do Grupo de Transição, a economista Esther Dweck caracterizou como “justa” a pauta da mudança da reforma administrativa por parte dos funcionários públicos, mas emendou que o Executivo não

tem o poder de retirar o projeto da votação, e que seria necessária uma negociação com o Legislativo.

Entre os pontos críticos citados pelo grupo, está ainda a falta de recursos previstos no Orçamento de 2023 para o e-gov, governo digital, site que unifica os canais digitais de serviços públicos prestados à sociedade pela internet.

## INSS nega suspensão

» RAFAELA GONÇALVES

Depois de alertar o governo de que poderia paralisar as atividades a partir desta quarta-feira, devido ao bloqueio de recursos do orçamento federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) garantiu ontem, em nota, que não vai interromper os serviços nem suspender o pagamento de aposentados e pensionistas. “As restrições orçamentárias impostas neste fim de ano não ocasionarão interrupção dos serviços do INSS aos segurados. E não haverá fechamento das unidades. O atendimento ao público está mantido”, afirma o comunicado, assinado também pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O alerta sobre a possibilidade de paralisação da Previdência foi feito na última segunda-feira, em um ofício encaminhado ao ministério e à Casa Civil da Presidência pelo presidente do INSS, Guilherme Gastaldello. Na nota divulgada ontem, porém, o tom foi outro. “Reforçamos que todos os pagamentos dos benefícios operacionalizados pelo INSS, como aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade, além dos assistenciais (como o BPC), entre outros, estão assegurados”, afirma o texto.

No último dia 22, o governo bloqueou R\$ 5,7 bilhões do orçamento, elevando para R\$ 15,4 bilhões o volume de recursos congelados neste ano para cumprir o teto de gastos. Segundo o Ministério da Economia, houve um aumento atípico e acima do esperado das despesas obrigatórias com benefícios previdenciários.

## COMBUSTÍVEIS

# Petrobras reduz preço de gasolina e diesel

» MICHELLE PORTELA

A Petrobras anunciou, ontem, nova redução de preços dos combustíveis vendidos nas refinarias. A partir de hoje, o preço da gasolina terá redução de 6,1%, com o preço cobrado das distribuidoras passando de R\$ 3,28 para R\$ 3,08 por litro. No caso do diesel, o preço médio do litro passará de R\$ 4,89 para R\$ 4,49, um recuo de 8,2%.

Nas bombas, porém, o consumidor encontrará uma queda mais modesta, segundo o economista André Braz, coordenador de Índices de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo ele, a gasolina deve ter uma redução de 2,5%. Vale lembrar que os postos de revenda têm liberdade para fixar os preços dos combustíveis cobrados dos clientes.

Em nota, a Petrobras afirmou que, considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina e 27%

de etanol anidro, a parcela da estatal no preço ao consumidor será, em média, R\$ 2,25 a cada litro vendido na bomba. Para o diesel, que tem adição obrigatória de 10% de biodiesel, a parcela da companhia deve ficar, em média, R\$ 4,04 por litro. Sobre esses valores, são acrescidos os impostos e as margens de comercialização das distribuidoras e dos postos.

Braz avalia, também, que o corte no preço da gasolina deve provocar queda de 0,15 ponto percentual no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial da inflação. Pelos cálculos do economista, o efeito será distribuído entre os índices de dezembro (0,11 ponto percentual) e janeiro de 2023 (0,04 ponto).

Para o economista Eduardo Velloso, da JF Trust Gestora de Recursos, o impacto na inflação projetada para o próximo ano será pequeno. “Em função da deterioração fiscal e do câmbio, teremos uma inflação

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Preço na bomba deve cair 2,5%, calcula economista da FGV

média de 5% para 2022, acima da meta do Banco Central. Contudo, é uma notícia que pode significar juros menores”, disse.

A última vez em que a Petrobras reduziu o preço da gasolina foi em 2 de setembro. No caso do diesel, houve um corte em 19 de setembro. Por meio de nota, a estatal informou que “as reduções acompanham a evolução dos preços de referência e são coerentes com a prática da empresa, que busca o equilíbrio dos seus preços com os

de mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio”.

A pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inepq), Carla Ferreira, explicou que, no caso do diesel, após uma trajetória de significativo aumento, desde 10 de outubro os preços internacionais iniciaram um movimento de queda, que se prolonga até o momento.

# Barbosa defende volta de tributos

Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e membro do governo de transição na área econômica, Nelson Barbosa defendeu ontem a retomada da tributação dos combustíveis. Para ele, o produto “não deve ser subsidiado indefinidamente”.

“Uma questão para o próximo governo é quando e com qual velocidade voltar para a tributação de PIS e Cofins dos combustíveis”, disse o ex-ministro. “No Orçamento do ano que vem, o governo atual previu essa continuação, mas eu acho que isso ainda não está transformado em uma lei”, afirmou. O atual governo zerou as alíquotas dos tributos até o fim do ano, decisão vista como eleitoreira por adversários do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O momento para o retorno da tributação, disse Barbosa, tem de ser avaliado levando em conta o cenário de

inflação e de crescimento de juros. “Se você retoma muito rápido, o que você ganha de receita você perde no juro, porque a inflação sobe muito rápido”, declarou. “É uma típica questão de administração de tempos e movimentos.”

## ICMS

O ex-ministro classifica a situação como “muito delicada”. “A recomendação que eu diria é retomar, sim, a tributação, mas o momento ainda está em aberto”, disse ele, em evento promovido pelos jornais *Valor Econômico* e *O Globo* ontem, em Brasília.

Sobre o ICMS (de competência dos estados), Barbosa disse que a cobrança deve caminhar para alíquota modal comum a todos, “mas que atenda às preocupações de não tirar muita receita dos estados”.